



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Edital de Licitação - Aquisição de Bens

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 88/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23537.019372/2022-71**

**DATA SESSÃO PÚBLICA: 29/06/2023**

**HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 09h30min. (Horário de Brasília)**

**LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**UASG: 155021**

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG-155021, na pessoa do Agente de Licitação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER REFERENCIAL Nº 1/2022/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH, contido nos autos deste Processo Administrativo.

Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH, de 13 de setembro de 2019, na Norma Operacional-SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 26 de abril de 2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, na Portaria SAS/MS n.º 1.302/2017 e às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, **em regime de consignação**, de órteses, próteses e materiais especiais para o Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFGM/Ebserh, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme especificado no termo de referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;

4.3.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5. que se enquadrem nas vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0, quais sejam:

4.3.5.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

4.3.5.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

4.3.5.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

- 4.3.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 4.3.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 4.3.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.3.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 4.3.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 4.3.5.9. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
- 4.3.5.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;
- 4.3.5.11. contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
- 4.3.5.12. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
  - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
  - c) autoridade do Ministério da Educação;
  - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
- 4.3.5.13. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.
- 4.3.5.14. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.8. sociedades cooperativas.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta

apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3\\_of\\_Politica\\_Transacoes\\_Partес\\_Relacionadas\\_aprovada.pdf](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Partес_Relacionadas_aprovada.pdf).

4.7. Ao participar do pregão, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da rede Ebserh, disponível em [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade/cee\\_codigo\\_de\\_etica\\_jun2020.pdf](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/etica-e-integridade/sobre-etica-e-integridade/cee_codigo_de_etica_jun2020.pdf).

## **5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

5.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.

5.2. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, sendo assegurado, na sequência, o prazo de 1 (um) dia útil para a apresentação das propostas pelos licitantes, se for o caso.

5.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail [ul.hc-ufmg@ebserh.gov.br](mailto:ul.hc-ufmg@ebserh.gov.br).

5.4. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto no item 5.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no item 5.3 deste Edital.

5.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

5.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Ebserh.

## **6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

6.1.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente vencedor.

6.2. O envio da proposta pelos licitantes, bem como dos seus anexos pelo licitante

provisoriamente vencedor, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas.

## **7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item;

7.1.2. quantidade;

7.1.3. marca;

7.1.4. fabricante;

7.1.5. descrição complementar do objeto, contendo informações similares à especificação do termo de referência.

7.2. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o Licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como a marca ou o fabricante do produto.

7.3. Para cada item, o Licitante deverá cotar seu quantitativo total.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. O descumprimento do item anterior pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que contenham vícios insanáveis, apresentarem preços inexequíveis ou identifiquem o Licitante.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Licitação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Ebserh poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.14. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão

consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.26.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

8.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.27. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:

8.27.1. empresas brasileiras;

8.27.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.27.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

8.28. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública ou encaminhada a proposta final na fase fechada, o Agente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.29.2. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos;

8.29.3. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;

8.29.4. Também nas hipóteses em que o Agente de Licitação não aceitar a proposta ou inhabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor;

8.29.5. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item;

8.29.6. O Agente de Licitação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 1 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.30. Após a negociação do preço, o Agente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas, sendo que a verificação da sua conformidade será feita exclusivamente em relação à mais bem classificada, cabendo ao Agente de Licitação desclassificar a proposta que:

- 9.1.1. conter vícios insanáveis;
- 9.1.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 9.1.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 9.1.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Ebserh;
- 9.1.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3.1. Ainda que as referências para identificação de possível inexequibilidade sejam alcançadas, a desclassificação do licitante deverá ser precedida de realização de diligências, confirmação da proposta e outros meios que confirmem a situação inicialmente vislumbrada, que restarão juntadas ao processo de contratação.

9.4. A Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

9.4.1. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexequibilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes, desde que não alterem a substância da proposta.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Licitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Licitação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob



pena de não aceitação da proposta.

9.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos itens anteriores, o Agente de Licitação exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado **em até 03 (três) dias úteis a partir da data de solicitação**.

9.6.3.1. As amostras solicitadas pelo agente de licitações deverão ser entregues na Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - filial EBSEH, localizada na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 1º andar ala leste, Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG, CEP: 30130-100, em dias úteis, de segunda a sexta-feira no horário de 8h às 16h.

9.6.3.2. Caso a amostra não seja enviada ou ocorra atraso na entrega sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, a proposta do licitante será recusada. Também poderão ser desclassificadas as licitantes que entregarem amostras fora das especificações previstas no Termo de Referência.

9.6.3.3. As amostras deverão ser apresentadas em número mínimo de 05 (cinco) unidades para materiais descartáveis e 01 (uma) unidade para demais materiais, 02 (dois) rolos, 01 (um) pacote, 01 (um) galão, 01 (um) kit, 01 (um) frasco, 01 (uma) caixa de cada, de acordo com a embalagem do item.

9.6.3.4. As licitantes deverão fornecer amostras além dos quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, caso sejam necessárias para melhor avaliação do material proposto, no prazo de **até 03 (três) dias** úteis a partir da solicitação do HC-UFMG/Ebserh.

9.6.3.5. As amostras dos produtos deverão ser entregues devidamente identificadas quanto ao nome do licitante, número da licitação e do item, embalagem original, com rótulo contendo: marca, fabricante, lote, data de fabricação, registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro no Ministério da Saúde/Anvisa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

9.6.3.6. As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. HABILITAÇÃO**

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

10.1.1. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.1.2. Se o licitante vencedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.1.1. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.2. Caso se constate a existência das vedações transcritas nos itens 4.3.5.4 a 4.3.5.8 e 4.3.4.14, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.2.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

10.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3.3. O descumprimento do item anterior implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Ressalvados os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

#### 10.9. **Habilitação jurídica:**

10.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.9.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

10.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

#### 10.10. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.10.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.10.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.10.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.10.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.10.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 10.11. **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.11.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.11.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

10.11.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

10.11.2.2. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

10.11.2.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.11.2.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.11.3. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, patrimônio líquido mínimo de de 1% (um por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

#### 10.12. **Qualificação Técnica:**

10.12.1. As licitantes deverão apresentar o certificado de registro do produto no Ministério da Saúde, de acordo com o decreto n: 8.077 de 14 de agosto de 2013, cuja comprovação ou comprovante de isenção deverá ser feita através do sítio da Anvisa ou publicação no D.O.U (Diário Oficial da União)

10.12.2. Para facilitar a análise dos comprovantes de regularidade do registro do produto cotado, junto ao Ministério da Saúde, a licitante deverá indicar em cada registro o respectivo item licitado;

10.12.3. O HC-UFGM se reserva o direito de comprovar a regularidade do produto junto ao Ministério da Saúde, mediante consulta ao portal da Anvisa;

10.12.4. A licitante que apresentar proposta para os materiais que exigem registro do produto ou isenção do registro do produto no Ministério da Saúde deverá possuir autorização de funcionamento da empresa (AFE) emitido pelo Ministério da Saúde - Anvisa, de acordo com a Lei n: 6.360/1976, com a RDC n. 16/2014, RDC n. 222/2006, RDC n. 336/2020 e Portaria SVS/MS n.344/1998; e alvará de licença sanitária dos estabelecimentos envolvidos na execução da ata/contrato, emitido pelo órgão competente de saúde dos estados, Distrito Federal ou municípios, de acordo com o regulamentado pelo decreto 8.077/13 de 14 de agosto de 2013 e com base na competência atribuída à Anvisa, pela lei 9.782/99.

10.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

10.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.15. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.21.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12. RECURSOS**

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Licitação verificar a presença dos

pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Agente de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, iniciando o prazo da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.5. A propositura do recurso ensejará a suspensão do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Gerente Administrativo para adjudicação do objeto e homologação da licitação.

### **15. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **16. GARANTIA DO PRODUTO**

16.1. Não haverá exigência de garantia do produto dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à garantia legal.

### **17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

## **18. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Ebserh.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 183 e 184 do RLCE 2.0.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de **12(doze) meses** contados da **publicação no Diário Oficial da União**, não prorrogável.

18.5. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HC-UFG, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03/2018 e, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Ebserh, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **19. REAJUSTAMENTO**

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

## **20. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no termo de referência, anexo a este Edital.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

## **22. PAGAMENTO**

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

## **23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. Comete infração administrava, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

- 23.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 23.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 23.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.5. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 23.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 23.1.7. não manter a proposta; e
- 23.1.8. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

23.2. As sanções do item anterior também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.

23.4. Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio em versão atualizada, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

23.5. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como:

- 23.5.1. frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- 23.5.2. agir em conluio ou em desconformidade com a lei, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 23.5.3. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
- 23.5.4. prestar informações falsas, inclusive quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

23.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH - no que for compatível com o RLCE 2.0 -, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

23.7. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

23.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 8.420/2015.



23.8.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.9. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

23.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no termo de referência, anexo a este Edital.

## **24. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **25. DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Ebserh, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Ebserh responsável pela contratação.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do termo de referência.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, nos dias úteis, no horário das

08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do do Estado de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da realização desta licitação que não possam ser compostos pela conciliação.

25.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

25.13.1. **ANEXO I** – termo de referência e seus respectivos anexos;

25.13.2. **ANEXO II** – Modelo de Ata de Registro de Preços;

25.13.3. **ANEXO III** – Estudo Técnico Preliminar;

25.13.4. **ANEXO IV** - Informações Complementares a proposta;

25.13.5. **ANEXO V** - declaração de sustentabilidade ambiental;

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Santana de Assis Titoneli

Chefe da Unidade de Licitações

Portaria - SEI nº 459, de 02 de fevereiro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 13/06/2023, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30537878** e o código CRC **BF96FEEE**.

**Referência:** Processo nº 23537.024756/2022-13 SEI nº 30537878

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.024756/2022-13

# 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição, **em regime de consignação**, de órteses, próteses e materiais especiais para o Serviço de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFMG/Ebserh, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. A aquisição em regime de consignação é uma prática comum tanto em hospitais públicos quanto privados, que visa atender ao objetivo principal de evitar perdas financeiras para a instituição, aliada à melhor prestação de serviço ao paciente, haja vista que a grande parte dos materiais possui diversas dimensões (chamadas de grades).

1.1.2. Em razão das peculiaridades das intervenções cirúrgicas, toda a grade de materiais deve estar disponível, mas somente no momento do procedimento, ou pouco antes, é que o profissional médico decide o item da grade que será utilizado, conforme o quadro clínico e tamanho do paciente, por exemplo. Portanto a aquisição prévia destes materiais sujeitaria a instituição ao risco de perda por prazo de validade, o que se justifica também pelo consumo irregular.

1.1.3. Outra razão é alto custo dos materiais. Por exemplo, nesta contratação serão adquiridas próteses mamárias, cujo tamanho é definido pela anatomia do corpo da paciente, ao adquirir previamente este tipo de material o HC-UFMG incorreria novamente no risco de perdê-los pela não utilização dentro do prazo de validade, configurando irresponsabilidade da gestão e possíveis danos ao erário.

1.1.4. Eventualmente, o HC-UFMG/Ebserh poderá optar pela compra antecipada de alguns produtos para composição de seus estoques.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **12(doze) meses** contados da **publicação no Diário Oficial da União**, não prorrogável.

1.3. **Havendo divergência entre os descritivos do Termo de Referência e do CATMAT, prevalece o do Termo de Referência.**

1.4. Lista de itens a serem licitados:

ITEM	CÓDIGO HC	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	CATMAT
1	000033	UNIDADE	48	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, INFANTIL, No.0 (ZERO):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR: UM MANDRIL DE AÇO INOX COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	433157
2	000044	UNIDADE	66	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, ADOLESCENTE, No.03:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR: UM MANDRIL DE AÇO INOX COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> </ul>	427875

				<ul style="list-style-type: none"> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	
3	001058	UNIDADE	72	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, ADULTO, No.04:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR: UM MANDRIL DE AÇO INOX COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	438091
4	003348	UNIDADE	120	<p>CATETER SEMI-IMPLANTÁVEL DE LONGA PERMANÊNCIA, LUMEN ÚNICO INFANTIL LACTANTES, TUNELIZADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COMPRIMENTO DE 80 CM (+/-0.5) FR E DO LUMEN INTERNO DE 0,8;</li> <li>- + OU - 0.2 MM;</li> <li>- RADIOPACO;</li> <li>- CONFECCIONADO EM SILICONE OU POLIURETANO;</li> <li>- COM CUFF DE DRACON E COM EXTENSÕES DUPLAS;</li> <li>- EXTENSÃO COM PINÇA EM LINHA E ADAPTADOR LUER LOOK;</li> <li>- COM TAMPAS DE VEDAÇÃO QUE PERMITAM INJEÇÃO;</li> <li>- COM KIT TUNELIZADOR;</li> <li>- AGULHA DE PUNÇÃO;</li> <li>- FIO-GUIA;</li> <li>- DILATADOR TUNELIZADO;</li> <li>- E BAINHA DE INTRODUÇÃO.</li> </ul> <p>EBS01254.</p> <p>COD.SUS: 07.02.009-1.</p>	461531
5	003381	UNIDADE	84	<p>CATETER SEMI-IMPLANTÁVEL DE LONGA PERMANÊNCIA, LUMEN ÚNICO, INFANTIL PRÉ-ESCOLAR, TUNELIZADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COMPRIMENTO DE 80 CM (+/- 20);</li> <li>- DIÂMETRO DO CATETER DE 6.6 (+/- 0.5) FR;</li> <li>- E DO LUMEN INTERNO DE 1.0 +/-0.2 MM;</li> <li>- RADIOPACO;</li> <li>- CONFECCIONADO EM SILICONE OU POLIURETANO;</li> <li>- COM CUFF DE DRACON E COM EXTENSÕES DUPLAS;</li> <li>- EXTENSÃO COM PINÇA EM LINHA EM ADAPTADOR LUER LOOK;</li> <li>- COM TAMPAS DE VEDAÇÃO QUE PERMITAM INJEÇÃO;</li> <li>- COM KIT TUNELIZADOR;</li> <li>- AGULHA DE PUNÇÃO;</li> <li>- FIO-GUIA;</li> <li>- DILATADOR TUNELIZADO;</li> <li>- E BAINHA DE INTRODUÇÃO.</li> </ul> <p>EBS01255.</p> <p>CODSUS: 07.02.05.009-1.</p>	461531
6	026161	UNIDADE	276	<p>EXPANSOR DE TECIDO REDONDO, COM CAPACIDADE DE 50 A 700 ML:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONSTITUÍDO POR UM ENVELOPE DE SILICONE INFLÁVEL;</li> <li>- COM FUNDO REFORÇADO;</li> <li>- REVESTIDO POR FINA CAMADA DE SILICONE;</li> <li>- APRESENTANDO TUBO CONECTADO A VÁLVULA;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.08.001-2.</li> </ul>	409090
				<p>EXPANSOR DE TECIDO REDONDO, COM CAPACIDADE PARA 400 ML:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONSTITUÍDO POR UM ENVELOPE DE SILICONE INFLÁVEL (400 ML);</li> <li>- COM FUNDO REFORÇADO;</li> </ul>	

7	026172	UNIDADE	276	- REVESTIDO POR FINA CAMADA DE SILICONE; - APRESENTANDO TUBO CONECTADO A VÁLVULA; - COD. SUS: 07.02.08.001-2.	431909
8	674401	UNIDADE	96	PRÓTESE PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA VIA RETROPÚBICA: - COMPOSTA DE FITA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR; - MEDINDO 01 CM DE LARGURA (+/-5%); - COM BORDAS TERMOSSALADAS; - AGULHA PARA INTRODUÇÃO DA FAIXA VIA RETROPÚBICA; - ESTÉRIL DE USO ÚNICO; - EMBALADO EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA.	450086
9	674412	KIT	84	KIT PARA TRATAMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA POR ESFORÇO: - COM ABORDAGEM VIA TRANS ARCO TENDINEO (VAGINAL); - COMPOSTO POR UM IMPLANTE (SLING) COM DUAS COLUNAS DE FIXAÇÃO DE POLIPROPILENO; - COM BRAÇOS DE FIXAÇÃO COM MULTIPONTOS EM FORMA DE ESPINHA DE PEIXE; - UMA MALHA CENTRAL DE POLIPROPILENO; - COMPRIMENTO 58MM X 10MM DE LARGURA (+/-5%); - COMPRIMENTO TOTAL DO IMPLANTE DE 102 MM (+/-5%); - FIOS DE AJUSTE INTRAOPERATÓRIOS; - 1 MINI-TROCATER COM AGULHA; - CABO ANATÔMICO E DESCARTÁVEL; - PRODUTO ESTÉRIL EM ÓXIDO DE ETILENO; - EMBALAGEM QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO E RESPEITANDO A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	450085
10	689497	UNIDADE	180	CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL, DIÂMETRO 5,0 A 5,9 FR. - COM CONEXÃO PARA RESERVATÓRIO SUBCUTÂNEO PARA ACESSO; - VENOSO DE LINGA PERMANÊNCIA; - ESTÉRIL; - RADIOPACO; - RESERVATÓRIO (OU PORT); - DISPOSITIVO COM CÂMARA DE INFUSÃO RECOBERTA SUPERIORMENTE POR MEMBRANA DE SILICONE E CORPO RESISTENTE A PERFURAÇÃO; - KIT CONTENDO: CATETER DE SILICONE OU POLIURETANO, RESERVATÓRIO E MATERIAIS PARA INSERÇÃO PERCUTÂNEA (SERINGA, AGULHA DE PUNÇÃO VENOSA, FIO-GUIA CONFORME TÉCNICA DE SELDINGER, BAINHA INTRODUTÓRIA; - DILATADOR, ANEL DE CONEXAO, TUNELIZADOR, AGULHA COM BISEL PARA PUNÇÃO DO RESERVATÓRIO. - COD. SUS 07.02.05.009. - EBS 01248.	462126
				KIT PARA HIDROCEFALIA DE MÉDIA PRESSÃO CRIANÇA: - KIT COMPOSTO DE: - CATETER VENTRICULAR; - CATETER PERITONEAL; - VÁLVULA PARA HIDROCEFALIA DE MÉDIA PRESSÃO. VALVULA MÉDIA PRESSÃO CRIANÇA:	

11	026638	KIT	144	<p>- MATERIAL: POLIPROPILENO E/OU SILICONE;</p> <p>- COMPATÍVEL COM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA;</p> <p>- COMPRIMENTO: 23 A 28 MM (EXCLUÍDOS OS CONECTORES);</p> <p>- ALTURA: 4 A 6 MM;</p> <p>- PRESSÃO MÉDIA: 60 A 130 MM H2O EM FLUXO DE 20 ml/h;</p> <p>- NÃO PODE CONTER CONECTOR DE METAL;</p> <p>- NÃO PODE REPOUSAR SOBRE O ORIFÍCIO DE TREPANO;</p> <p>- DEVE VIR ACOMPANHADA DE RESERVATÓRIO COM BASE RÍGIDA PARA PUNÇÃO LIQUÓRICA.</p> <p>CATETER VENTRICULAR:</p> <p>- MATERIAL: SILICONE;</p> <p>- RADIOPACO;</p> <p>- PRESENÇA DE MANDRIL;</p> <p>- COMPRIMENTO: 15 A 20 CM COM MARCAS EXTERNAS PELO MENOS A CADA 5 cm;</p> <p>- DIÂMETRO EXTERNO: 2,2 A 2,5 mm;</p> <p>- RETO, COM EXTREMIDADE COM PONTA CÔNICA E ORIFÍCIOS LATERAIS;</p> <p>- NÃO PODE CONTER FRANJAS OU RESERVATÓRIO INTEGRADO.</p> <p>CATETER PERITONEAL:</p> <p>- MATERIAL: SILICONE;</p> <p>- RADIOPACO;</p> <p>- COMPRIMENTO: 90 A 120 CM;</p> <p>- DIÂMETRO EXTERNO: 2,2 A 2,5 mm;</p> <p>- EXTREMIDADE DISTAL ABERTA;</p> <p>- NÃO PODE TER VÁLVULA EM FENDA NA EXTREMIDADE;</p> <p>COD. SUS: 07.02.01.011-1.</p>	459207
12	031762	UNIDADE	120	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, ADULTO, No.05:</p> <p>- CONFECCIONADA EM AÇO INOX, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</p> <p>- COMPOSTA POR:</p> <p>- UM MANDRIL DE AÇO INOX COM PONTA ARREDONDADA;</p> <p>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</p> <p>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</p> <p>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</p> <p>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</p> <p>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS.</p> <p>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</p>	428136
13	031955	UNIDADE	300	<p>TELA INORGÂNICA DE POLIPROPILENO, MEDINDO 15CM X 15CM (+/- 5CM2).</p> <p>- COD. SUS 07.02.05.056-3.</p>	435028
14	037430	UNIDADE	600	<p>PRÓTESE MAMÁRIA DE SILICONE, REDONDO TEXTURIZADO PERFIL ALTO E BAIXO, VOLUME DE 100 A 650 (+ OU - 50) CC.</p> <p>- COD. SUS 07.02.08.003-9.</p>	412170

15	048481	UNIDADE	72	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, ADULTO, No.04:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL;</li> <li>- SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR:</li> <li>- UM MANDRIL DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- CANO LONGO;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	429367
16	048517	UNIDADE	156	<p>PRÓTESE PENIANA MALEÁVEL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM SILICONE;</li> <li>- COM NÚCLEO METÁLICO EM PRATA;</li> <li>- RECOBERTO COM TUBO DE SILICONE OU TEFLON;</li> <li>- DIÂMETROS:</li> <li>- ESPESSURA: 8 MM, 9 MM, 10 MM, 11 MM, 12 MM E 13 MM;</li> <li>- PERMITIDO VARIAÇÃO DE (+/- 5MM) EM CADA TAMANHO;</li> <li>- COMPRIMENTO: 200 MM A 270 MM;</li> <li>- CAUDA REGULÁVEL ATRAVÉS DE EXTREMO RECORTÁVEL E DE ALONGADORES E/OU EXTENSORES ADEQUANDO A PRÓTESE AO TAMANHO PENIANO DO PACIENTE;</li> <li>- EMBALADA INDIVIDUALMENTE;</li> <li>- PRODUTO HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO E APIROGÊNICO;</li> <li>- COD. SUS 07.02.06.002-0.</li> </ul>	416945
17	055501	UNIDADE	72	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, INFANTIL, No.01:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL;</li> <li>- SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR:</li> <li>- UM MANDRIL DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	449396
18	055512	UNIDADE	36	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, RECÉM-NASCIDO, No.00:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL;</li> <li>- SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR:</li> <li>- UM MANDRIL DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> </ul>	440251

				<ul style="list-style-type: none"> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	
19	058463	UNIDADE	210	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, ADULTO, No.06:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL;</li> <li>- SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR:</li> <li>- UM MANDRIL DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	427874
20	071778	UNIDADE	360	<p>TELA INORGANICA DE POLIPROPILENO, MEDINDO 7,5CM X 12,0CM (+/- 4.5CM2).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COD. SUS 07.02.05.057-1.</li> </ul>	476573
21	686105	UNIDADE	30	<p>TELA SEPARADORA DE DUPLA FACE (ABSORVÍVEL/INABSORVÍVEL);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O COMPONENTE INABSORVÍVEL COMPOSTO DE MALHA ENTRELAÇADA DE POLIPROLINE MONOFILAMENTAR;</li> <li>- O COMPONENTE ABSORVÍVEL COMPOSTO DE FIBRAS DE HIALURONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE E POLIETILENOGLICOL;</li> <li>- DIMENSÕES SUGERIDAS DO PRODUTO: 15.0CM X 20.0CM (+1.0CM);</li> <li>- DESCARTÁVEL;</li> <li>- ESTÉRIL;</li> <li>- FORMATO RETANGULAR;</li> </ul>	435029
22	072442	UNIDADE	60	<p>CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA DE METAL, INFANTIL, No.02:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL;</li> <li>- SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO;</li> <li>- COMPOSTA POR:</li> <li>- UM MANDRIL DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA ARREDONDADA;</li> <li>- CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL;</li> <li>- TRAVA PARA FIXAÇÃO DA CÂNULA INTERNA;</li> <li>- ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO;</li> <li>- ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL;</li> <li>- CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS;</li> <li>- COD. SUS: 07.02.05.002-4.</li> </ul>	429769
				<p>KIT PARA HIDROCEFALIA DE ALTA PRESSÃO ADULTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- KIT COMPOSTO DE:</li> </ul>	



				- CATETER VENTRICULAR; - CATETER PERITONEAL; - VÁLVULA PARA HIDROCEFALIA DE ALTA PRESSÃO. VÁLVULA ALTA PRESSÃO ADULTO: - MATERIAL: POLIPROPILENO E/OU SILICONE; - COMPATÍVEL COM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; - COMPRIMENTO: 25 A 32 MM (EXCLUÍDOS OS CONECTORES); - ALTURA: 5 A 8 MM; - PRESSÃO MÉDIA: 100 A 140 MM H2O EM FLUXO DE 20 ml/h; - NÃO PODE CONTER CONECTOR DE METAL; - NÃO PODE REPOUSAR SOBRE O ORIFÍCIO DE TREPANO; - DEVE VIR ACOMPANHADA DE RESERVATORIO COM BASE RIGIDA PARA PUNÇÃO LIQUÓRICA.	
23	073569	KIT	60	CATETER VENTRICULAR: - MATERIAL: SILICONE; - RADIOPACO; - PRESENÇA DE MANDRIL; - COMPRIMENTO: 15 A 20 CM COM MARCAS EXTERNAS PELO MENOS A CADA 05 CM; - DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 MM; - RETO, EXTREMIDADE COM PONTA CÔNICA E ORIFÍCIOS LATERAIS; - NÃO PODE CONTER FRANJAS OU RESERVATÓRIO INTEGRADO. CATETER PERITONEAL: - MATERIAL: SILICONE; - RADIOPACO; - COMPRIMENTO: 90 A 120 CM; - DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 mm; - EXTREMIDADE DISTAL ABERTA; - NÃO PODE TER VALVULA EM FENDA NA EXTREMIDADE. - COD. SUS: 07.02.01.011-1.	459208
24	073570	KIT	240	KIT PARA HIDROCEFALIA DE MÉDIA PRESSÃO ADULTO: - KIT COMPOSTO DE: - CATETER VENTRICULAR; - CATETER PERITONEAL; - VÁLVULA PARA HIDROCEFALIA DE MÉDIA PRESSÃO. VÁLVULA MÉDIA PRESSÃO ADULTO: - MATERIAL: POLIPROPILENO E/OU SILICONE; - COMPATÍVEL COM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; - COMPRIMENTO: 25 A 32 MM; - PRESSÃO MÉDIA: 60 E 130 MM H2O EM FLUXO DE 20 ml/h; - NÃO PODE CONTER CONECTOR DE METAL; - NÃO PODE REPOUSAR SOBRE O ORIFÍCIO DE TREPANO; - DEVE VIR ACOMPANHADA DE RESERVATORIO COM BASE RIGIDA PARA PUNÇÃO LIQUÓRICA. CATETER VENTRICULAR: - MATERIAL: SILICONE;	474229

				<ul style="list-style-type: none"> <li>- RADIOPACO;</li> <li>- PRESENÇA DE MANDRIL;</li> <li>- COMPRIMENTO: 15 A 20 CM COM MARCAS EXTERNAS PELO MENOS A CADA 05 CM;</li> <li>- DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 MM;</li> <li>- RETO, EXTREMIDADE COM PONTA CÔNICA E ORIFÍCIOS LATERAIS;</li> <li>- NÃO PODE CONTER FRANJAS OU RESERVATÓRIO INTEGRADO.</li> </ul> CATETER PERITONEAL: <ul style="list-style-type: none"> <li>- MATERIAL: SILICONE;</li> <li>- RADIOPACO;</li> <li>- COMPRIMENTO: 90 A 120 CM;</li> <li>- DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 mm;</li> <li>- EXTREMIDADE DISTAL ABERTA;</li> <li>- NÃO PODE TER VALVULA EM FENDA NA EXTREMIDADE.</li> <li>- COD. SUS: 07.02.01.011-1.</li> </ul>	
25	073762	UNIDADE	180	TELA INORGÂNICA DE POLIPROPILENO, MEDINDO 30CM X 30CM (+/- 10CM2). <ul style="list-style-type: none"> <li>- COD. SUS 07.02.05.055-5.</li> </ul>	435030
26	610737	UNIDADE	720	CATETER DUPLO J 6 A 6.5 FR: <ul style="list-style-type: none"> <li>- EM POLIURETANO;</li> <li>- COM FIO DE NYLON PARA AUTOEXTRAÇÃO;</li> <li>- COM MARCAÇÕES DE GRADUAÇÃO PARA CONFIRMAR COLOCAÇÃO;</li> <li>- COMPRIMENTO DE 26 A 30 CM;</li> <li>- COM FIO-GUIA DE PONTA RETA E FLEXÍVEL, TEFLONADO, DE NO MÍNIMO 150 CM;</li> <li>- COM EMPURRADOR DE NO MÍNIMO 40 CM;</li> <li>- ESTÉRIL;</li> <li>- DESCARTÁVEL;</li> <li>- EMBALAGEM INDIVIDUAL;</li> <li>- ABERTURA ASSÉPTICA;</li> <li>- COM AS DUAS EXTREMIDADES ABERTAS;</li> </ul> COD. SUS 07.02.06.001-1.	462126
27	610748	UNIDADE	240	CATETER DUPLO J 4 A 4.7 FR: <ul style="list-style-type: none"> <li>- EM POLIURETANO;</li> <li>- COM FIO DE NYLON PARA AUTOEXTRAÇÃO;</li> <li>- COM MARCAÇÕES DE GRADUAÇÃO PARA CONFIRMAR COLOCAÇÃO;</li> <li>- COMPRIMENTO DE 26 A 30 CM;</li> <li>- COM FIO-GUIA HIDROFÍLICO DE NO MÍNIMO 150 CM;</li> <li>- COM EMPURRADOR DE NO MÍNIMO 40 CM;</li> <li>- ESTÉRIL;</li> <li>- DESCARTÁVEL;</li> <li>- EMBALAGEM INDIVIDUAL;</li> <li>- ABERTURA ASSÉPTICA;</li> </ul> COD. SUS 07.02.06.001-1.	462287

28	610759	UNIDADE	240	<p>CATETER DUPLO COM DIÂMETRO DE 4.8 MM:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COMPRIMENTO DE 14CM;</li> <li>- COM FIO-GUIA HIDROFÍLICO DE 0,025" POLEGADAS OU 0,032" POLEGADAS, COMPRIMENTO 150 CM;</li> <li>- ESTÉRIL;</li> </ul> <p>COD. SUS 07.02.06.001-1.</p>	459977
29	618193	KIT	36	<p>KIT PARA HIDROCEFALIA DE BAIXA PRESSÃO CRIANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- KIT COMPOSTO DE:</li> <li>- CATETER VENTRICULAR;</li> <li>- CATETER PERITONEAL;</li> <li>- VÁLVULA PARA HIDROCEFALIA DE BAIXA PRESSÃO.</li> </ul> <p>VÁLVULA BAIXA PRESSÃO CRIANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- MATERIAL: POLIPROPILENO E/OU SILICONE;</li> <li>- COMPATÍVEL COM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA;</li> <li>- COMPRIMENTO: 23 A 28 MM;</li> <li>- PRESSÃO MÉDIA: 35 A 60 MM H2O EM FLUXO DE 20 ML/H;</li> <li>- NÃO PODE CONTER CONECTOR DE METAL;</li> <li>- NÃO PODE REPOUSAR SOBRE O ORIFÍCIO DE TREPANO;</li> <li>- DEVE VIR ACOMPANHADA DE RESERVATÓRIO COM BASE RÍGIDA PARA PUNÇÃO LIQUÓRICA.</li> </ul> <p>CATETER VENTRICULAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- MATERIAL: SILICONE;</li> <li>- RADIOPACO;</li> <li>- PRESENÇA DE MANDRIL;</li> <li>- COMPRIMENTO: 15 A 20 CM COM MARCAS EXTERNAS PELO MENOS A CADA 05 CM;</li> <li>- DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 MM;</li> <li>- RETO, EXTREMIDADE COM PONTA CÔNICA E ORIFÍCIOS LATERAIS;</li> <li>- NÃO PODE CONTER FRANJAS OU RESERVATÓRIO INTEGRADO.</li> </ul> <p>CATETER PERITONEAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- MATERIAL: SILICONE;</li> <li>- RADIOPACO;</li> <li>- COMPRIMENTO: 90 A 120 CM;</li> <li>- DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 MM;</li> <li>- EXTREMIDADE DISTAL ABERTA;</li> <li>- NÃO PODE TER VÁLVULA EM FENDA NA EXTREMIDADE.</li> <li>- COD. SUS: 07.02.01.011-1.</li> </ul>	459211
				<p>KIT PARA HIDROCEFALIA DE BAIXA PRESSÃO ADULTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- KIT COMPOSTO DE:</li> <li>- CATETER VENTRICULAR;</li> <li>- CATETER PERITONEAL;</li> <li>- VÁLVULA PARA HIDROCEFALIA DE BAIXA PRESSÃO.</li> </ul> <p>VÁLVULA BAIXA PRESSÃO ADULTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- MATERIAL: POLIPROPILENO E/OU SILICONE;</li> <li>- COMPATÍVEL COM TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA;</li> </ul>	

30	618207	KIT	60	<p>- COMPRIMENTO: 25 A 32 MM (EXCLUÍDOS OS CONECTORES);</p> <p>- ALTURA: 5 A 8 MM;</p> <p>- PRESSÃO MÉDIA: 35 A 60 MM H2O EM FLUXO DE 20 ML/H;</p> <p>- NÃO PODE CONTER CONECTOR DE METAL;</p> <p>- NÃO PODE REPOUSAR SOBRE O ORIFÍCIO DE TREPANO;</p> <p>- DEVE VIR ACOMPANHADA DE RESERVATÓRIO COM BASE RÍGIDA PARA PUNÇÃO LIQUÓRICA.</p> <p>CATETER VENTRICULAR:</p> <p>- MATERIAL: SILICONE;</p> <p>- RADIOPACO;</p> <p>- PRESENÇA DE MANDRIL;</p> <p>- COMPRIMENTO: 15 A 20 CM COM MARCAS EXTERNAS PELO MENOS A CADA 05 CM;</p> <p>- DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 MM;</p> <p>- RETO, EXTREMIDADE COM PONTA CÔNICA E ORIFÍCIOS LATERAIS;</p> <p>- NÃO PODE CONTER FRANJAS OU RESERVATÓRIO INTEGRADO.</p> <p>CATETER PERITONEAL:</p> <p>- MATERIAL: SILICONE;</p> <p>- RADIOPACO;</p> <p>- COMPRIMENTO: 90 A 120 CM;</p> <p>- DIÂMETRO EXTERNO: 2.2 A 2.5 MM;</p> <p>- EXTREMIDADE DISTAL ABERTA;</p> <p>- NÃO PODE TER VÁLVULA EM FENDA NA EXTREMIDADE.</p> <p>- COD. SUS: 07.02.01.011-1.</p>	459207
31	620082	UNIDADE	70	<p>ENDOPRÓTESE AUTOEXPANSIVA TRANS-HEPÁTICA:</p> <p>- EM NITINOL;</p> <p>- MEDIDAS DE 8 MM A 10 MM DE DIÂMETRO X 60 MM A 80 MM DE COMPRIMENTO;</p> <p>- COM SISTEMA DE LIBERAÇÃO DE 6.0 FR A 8.0 FR E 40CM A 60CM.</p>	462154
32	620093	KIT	80	<p>CONJUNTO PARA ACESSO HEPÁTICO TRASJUGULAR PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS VENOSOS HEPÁTICOS (TIPS E TRATAMENTO DE LESÕES EM VEIAS HEPÁTICAS) COMPOSTO POR:</p> <p>- INTRODUTOR 10 F, RETO COM 40 CM;</p> <p>- DILATADOR 12 F;</p> <p>- CÂNULA METÁLICA LONGA COM CURVATURA DISTAL E CATETER 5F MONTADO EM ESTILETE 0.035" DE 62.5 CM.</p> <p>- COD. SUS 07.02.04.017-7.</p>	459273
33	620129	UNIDADE	90	<p>CATETER BALAO TRANS-HEPÁTICO 5 A 10 FR, 40 A 80 CM, 5 A 10 MM X 4 CM.</p>	459978
34	620140	UNIDADE	90	<p>FIO-GUIA EM NITINOL HIDROFÍLICO:</p> <p>- DE 035 X 260 CM;</p> <p>- COM SLIP COAT: PONTA DISTAL ANGULADA EM PLATINA COM 6 CM FLEXÍVEL E SISTEMA DE TORQUE.</p>	462434
35	620151	UNIDADE	840	<p>FIO-GUIA EM NITINOL HIDROFÍLICO:</p> <p>- DE 035 CM X NO MÍNIMO 145 CM;</p> <p>- COM SLIP COAT;</p> <p>- PONTA DISTAL ANGULADA EM PLATINA COM 6 CM;</p>	452306

				- FLEXÍVEL; - COM SISTEMA DE TORQUE.	
36	620162	UNIDADE	78	CONJUNTO PARA EXPLORAÇÃO DE VIAS BILIARES.	461597
37	620184	UNIDADE	120	CONJUNTO PARA DRENAGEM BILIAR TRANS-HEPÁTICA: - ULTRATHANE 10.2 FR, 40 CM; - COM 32 FUROS LATERAIS PARA DRENAGEM INTERNA E DRENAGEM EXTERNA; - CÂNULA RÍGIDA PARA INTRODUÇÃO DE CATETER E CÂNULA FLEXÍVEL PARA INTRODUÇÃO DE CATETER.	455974
38	620195	UNIDADE	120	CONJUNTO PARA DRENAGEM DE ABSCESSO: - MULTIUSO; - COM CÂNULA TIPO TROCAR; - INTRODUTOR RÍGIDO; - INTRODUTOR FLEXÍVEL; - CATETER EM ULTRATHANE; - 10 A 14 FR, 20 A 25 CM; - 4 A 8 FUROS LATERAIS; - SISTEMA DE TRAVA SIMP - LOC.	455976
39	620209	UNIDADE	120	CONJUNTO DE DILATADORES RENAI AMPLATZ: - COM 12 DILATADORES DE 8 A 30 FR; - COM 4 CAMISAS AMPLATZ 24, 26, 28 E 30 FR.	454507
40	621143	UNIDADE	360	AGULHA DE CHIBA PARA PUNÇÃO BILIAR: - 18 G X 20 CM DE COMPRIMENTO; - GUIADA PARA ULTRASOM.	463444
41	622022	UNIDADE	24	TELA INORGÂNICA DE POLIPROPILENO COM SISTEMA DUPLO: - PARA CORREÇÃO DE HÉRNIA INQUINAL; - CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO INCOLOR E INABSORVÍVEL; - SISTEMA DUPLO COMPOSTO DE: - PLACA SUPERIOR OVAL; - CONECTOR CILÍNDRICO; - PLACA INFERIOR CIRCULAR; - ÁREA APROXIMADA MÁXIMA: 500 CM QUADRADOS (+ OU - 10 CM); - EMBALADA INDIVIDUALMENTE;  - ESTÉRIL; CÓDIGO SUS: 07.020.505-47	435149
42	624673	UNIDADE	24	PRÓTESE PARA ESTAPEDECTOMIA, EM TEFLON: - COM DIÂMETRO DE 0.4 MM; - COM COMPRIMENTO DE 06 MM;  CÓDIGO SUS: 07.020.900-18.	419841
43	689475	UNIDADE	180	CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL, DIÂMETRO 4.0 A 4.9 FR: - COM CONEXÃO PARA RESERVATÓRIO SUBCUTÂNEO PARA ACESSO VENOSO DE LONGA PERMANÊNCIA; - ESTÉRIL; - RADIOPACO; - RESERVATÓRIO (OU PORT); - DISPOSITIVO COM CÂMARA DE INFUSÃO RECOBERTA SUPERIORMENTE POR MEMBRANA DE SILICONE E CORPO RESISTENTE À PERFURAÇÃO;  - KIT CONTENDO: - CATETER DE SILICONE OU POLIURETANO;  - RESERVATÓRIO E MATERIAIS PARA INSERÇÃO PERCUTÂNEA (SERINGA, AGULHA DE PUNÇÃO VENOSA, FIO-GUIA CONFORME TÉCNICA DE	461531

				<p>SELDINGER, BAINHA INTRODUTÓRIA, DILATADOR, ANEL CONEXÃO, TUNELIZADOR, AGULHA COM BISEL ESPECIAL PARA PUNÇÃO DO RESERVATÓRIO).</p> <p>CÓDIGO SUS 07.02.05.009-1</p> <p>EBS01248</p>	
44	629860	UNIDADE	5	<p>ESFINCTER ARTIFICIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PARA CONTROLE DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA MASCULINA CAUSADA POR TENSÃO;</li> <li>- COM ESTRUTURA EM ELASTOMERO DE SILICONE BIOCOMPATIVEL;</li> <li>- COMPOSTO DE TRÊS COMPONENTES INTERCONECTADOS:</li> <li>- UM MANGUITO;</li> <li>- UMA BOMBA;</li> <li>- UM BALÃO REGULADOR DE PRESSÃO;</li> <li>- ESTERILIZADO COM ÓXIDO DE ETILENO;</li> <li>- SISTEMA DE CONEXÃO RÁPIDA QUICK CONNECT (3 DIRECTA, 2 ÂNGULO RECTO, 1 EM Y);</li> <li>- SISTEMA DE CONEXÃO DE SUTURAS COM FIOS (3 DIRECTA, 2 ÂNGULO RECTO, 1 EM Y);</li> <li>- 8 ANÉIS;</li> <li>- 1 SUPORTE DE ANEL;</li> <li>- 1 MEDIDOR DE MANGA;</li> <li>- 2 AGULHAS DE PONTA ROMBA DE CALIBRE 22;</li> <li>- 2 AGULHAS DE PONTA ROMBA CALIBRE 15;</li> <li>- 2 TUBOS DE 30 CM DE COMPRIMENTO.</li> </ul>	331030
45	630177	UNIDADE	55	<p>CONJUNTO PARA PUNÇÃO BILIAR PERCUTÂNEA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COM ESTRUTURA EM NYLON;</li> <li>- 6 FR;</li> <li>- PONTA COM BANDA RADIOPACA;</li> <li>- FIO-GUIA EM NITINOL, 018 INC, 60 CM;</li> <li>- AGULHA DE ACESSO, 22 G, 15 CM;</li> <li>- INTRODUTOR 4 FR;</li> <li>- BAINHA 6 FR;</li> <li>- CÂNULA RÍGIDA 22G;</li> <li>- DESCARTÁVEL;</li> <li>- COMPATIBILIDADE COM ENDOPRÓTESES, RETAS E BIFURCADAS.</li> </ul>	456064
46	633754	UNIDADE	36	<p>IMPLANTE TESTICULAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- EM GEL DE SILICONE;</li> <li>- LISO;</li> <li>- VOLUMES: DE 5 CC A 38 CC;</li> <li>- COM OU SEM LINGUETA REFORÇADA PARA A SUTURA DE FIXAÇÃO;</li> <li>- EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL.</li> <li>- CÓDIGO SUS: 070.206.00-38.</li> </ul>	416936
47	003520	UNIDADE	48	<p>CATETER SEMI-IMPLANTÁVEL DE LONGA PERMANÊNCIA, LUMEN ÚNICO, INFANTIL RECÉM-NASCIDO, TUNELIZADO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COMPRIMENTO DE 80 CM (+/-20);</li> <li>- DIÂMETRO DO CATETER DE 2.7 (+/-0.5) FR E DO LUMEN;</li> <li>- INTERNO DE 0,6 OU -0.2 MM;</li> <li>- RADIOPACO CONFECCIONADO EM SILICONE OU POLIURETANO;</li> <li>- COM CUFF DE DRACON E COM EXTENSÕES DUPLAS;</li> </ul>	462126

				<p>- EXTENSÃO COM PINÇA EM LINHA E ADAPTADOR LUER LOOK COM TAMPAS DE VEDACAO QUE PERMITAM INJECAO;</p> <p>- KIT COM CATETER, AGULHA DE PUNÇÃO, FIO-GUIA, DILATADOR TUNELIZADO E BAINHA DE INTRODUÇÃO.</p> <p>EBS01253.</p> <p>CÓDIGO SUS. 070.205.00-91.</p>	
48	689500	UNIDADE	180	<p>CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL, DIÂMETRO 6.0 A 69 FR COM CONEXÃO PARA RESERVATÓRIO SUBCUTÂNEO PARA ACESSO VENOSO DE LONGA PERMANENCIA:</p> <p>- ESTÉRIL;</p> <p>- RADIOPACO;</p> <p>- RESERVATÓRIO (OU PORT);</p> <p>- DISPOSITIVO COM CÂMARA DE INFUSÃO RECOBERTA SUPERIORMENTE POR MEMBRANA DE SILICONE E CORPO RESISTENTE À PERFURAÇÃO;</p> <p>- KIT CONTENDO:</p> <p>- SERINGA, AGULHA DE PUNÇÃO VENOSA;</p> <p>- FIO-GUIA CONFORME TÉCNICA DE SELDINGER;</p> <p>- BAINHA INTRODUTÓRIA;</p> <p>- DILATADOR;</p> <p>- ANEL DE CONEXÃO;</p> <p>- TUNELIZADOR;</p> <p>- AGULHA COM BISEL ESPECIAL PARA PUNÇÃO DO RESERVATÓRIO.</p>	460680
49	689511	UNIDADE	180	<p>CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL, DIÂMETRO 7,0 A 9.0 FR COM CONEXÃO PARA RESERVATÓRIO SUBCUTÂNEO PARA ACESSO VENOSO DE LONGA PERMANENCIA:</p> <p>- ESTÉRIL;</p> <p>- RADIOPACO;</p> <p>- RESERVATÓRIO (OU PORT)</p> <p>- DISPOSITIVO COM CÂMARA DE INFUSÃO RECOBERTA SUPERIORMENTE POR MEMBRANA DE SILICONE E CORPO RESISTENTE À PERFURAÇÃO;</p> <p>- KIT CONTENDO:</p> <p>- CATETER DE SILICONE OU POLIURETANO;</p> <p>- RESERVATÓRIO E MATERIAIS PARA INSERÇÃO PERCUTÂNEA (SERINGA, AGULHA DE PUNCAO VENOSA, FIO-GUIA CONFORME TÉCNICA DE SELDINGER, BAINHA INTRODUTÓRIA, DILATADOR, ANEL DE CONEXÃO, TUNELIZADOR, AGULHA COM BISEL ESPECIAL PARA PUNÇÃO DE RESERVATÓRIO).</p> <p>- CÓDIGO SUS: 07.02.05.009-1</p> <p>EBS01251 !</p>	462287
50	691954	UNIDADE	240	<p>FIO-GUIA EM NITINOL HIDROFÍLICO:</p> <p>- FIO-GUIA HIDROFÍLICO DE 0.018" POLEGADAS;</p> <p>- COMPRIMENTO 150 CM;</p> <p>- ESTÉRIL;</p> <p>- DESCARTÁVEL;</p> <p>- EM EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA;</p> <p>- PARA USO COM CATETER DUPLO J DE 3 A 4F.</p>	462310
51	686069	UNIDADE	30	<p>TELA SEPARADORA DE DUPLA FACE (ABSORVÍVEL/INABSORVÍVEL);</p> <p>- O COMPONENTE INABSORVÍVEL COMPOSTO DE MALHA ENTRELAÇADA DE POLIPROLINE MONOFILAMENTAR;</p> <p>- O COMPONENTE ABSORVÍVEL COMPOSTO DE FIBRAS DE HIALURONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE E POLIETILENOGLICOL;</p> <p>- DIMENSÕES SUGERIDAS DO PRODUTO: 20.0 CM X 30.0CM (+1.0CM);</p> <p>- DESCARTÁVEL;</p> <p>- ESTÉRIL;</p>	478697

				- FORMATO RETANGULAR;	
52	017659	UNIDADE	240	CÂNULA ARTERIAL INFANTIL; - RETA; - SEM FLANGE OU STOP COM INTRODUTOR; - DE 06 A 20 FR; - ARAMADA; - CONFECCIONADA EM POLIURETANO OU PVC; - EMBALAGEM INDIVIDUAL; - ESTÉRIL.	474648
53	686070	UNIDADE	30	TELA SEPARADORA DE DUPLA FACE (ABSORVÍVEL/INABSORVÍVEL); - O COMPONENTE INABSORVÍVEL COMPOSTO DE MALHA ENTRELAÇADA DE POLIPROLINE MONOFILAMENTAR; - O COMPONENTE ABSORVÍVEL COMPOSTO DE FIBRAS DE HIALURONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE E POLIETILENOGLICOL; - DIMENSÕES SUGERIDAS DO PRODUTO: 8.0 CM X 15.0CM (+1.0CM); - DESCARTÁVEL; - ESTÉRIL; - FORMATO RETANGULAR;	438706
54	661330	UNIDADE	84	CÂNULA DE CARDIOPLEGIA RETRÓGRADA, BALÃO LISO, ADULTO: - CALIBRE: 14 FR; - COMPRIMENTO 27 CM (+/- 5%); - CONFECCIONADA EM PVC; - PONTA DISPÕE DE MÚLTIPLOS ORIFÍCIOS DE INFUSÃO QUE PERMITEM ÓTIMO FLUXO; - COM BALÃO EM POLIURETANO, COM TEXTURA MACIA, LISO, AUTOINFLÁVEL, 20MM SITUADO AO REDOR DO CORPO DISTAL (PRÓXIMO AOS ORIFÍCIOS DE FLUXO); - COM TORNEIRA DE 3 VIAS PARA MONITORIZAÇÃO DE PRESSÃO; - COM UM ESTILETE INTRODUTOR MALEÁVEL; - EMBALAGEM INDIVIDUAL; - ESTÉRIL.	474632
55	661400	UNIDADE	60	CÂNULA AÓRTICA, ARAMADA, RETA, PEDIÁTRICA: - CÂNULA PEDIÁTRICA PARA DRENAGEM DA VEIA CAVA SUPERIOR E/OU INFERIOR, SIMPLES ESTÁGIO; - CALIBRE: 18 FR; - COMPRIMENTO DE 35 CM (+/- 5%); - CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC; - PARA CIRURGIA EXTRACORPÓREA; - REFORCADA INTERNAMENTE COM ARMACAO DE ACO INOXIDAVEL; - ARAMADA - PAREDE INTERNA ULTRA FINA; - PONTA ABERTA, RETA, E ORIFÍCIOS QUE FACILITAM A DRENAGEM; - ADAPTÁVEL A CONECTOR DE 1/4 POLEGADAS OU 3/8 POLEGADAS; - FUSAO, A FRIO, DO CORPO COM A CANULA; - EMBALAGEM INDIVIDUAL; - ESTÉRIL.	474533



56	661421	UNIDADE	84	<p>CÂNULA VENOSA, ARAMADA, SIMPLES DRENAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CÂNULA PEDIÁTRICA PARA DRENAGEM DA VEIA CAVA SUPERIOR E/OU INFERIOR, SIMPLES ESTÁGIO;</li> <li>- CALIBRE: 20 FR, 22 FR E 24 FR;</li> <li>- COMPRIMENTO DE 35 CM (+/- 5%);</li> <li>- CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC;</li> <li>- PARA CIRURGIA EXTRACORPÓREA;</li> <li>- REFORCADA INTERNAMENTE COM ARMACAO DE ACO INOXIDAVEL;</li> <li>- ARAMADA</li> <li>- PAREDE INTERNA ULTRA FINA;</li> <li>- PONTA ABERTA, RETA, E MÚLTIPLOS ORIFÍCIOS REDONDO;</li> <li>- ADAPTÁVEL AOS CONECTORES 1/4" OU 3/8";</li> <li>- EMBALAGEM INDIVIDUAL;</li> <li>- ESTÉRIL.</li> </ul>	474600
57	661432	UNIDADE	120	<p>CÂNULA VENOSA, ARAMADA, SIMPLES DRENAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CÂNULA PEDIÁTRICA PARA DRENAGEM DA VEIA CAVA SUPERIOR E/OU INFERIOR, SIMPLES ESTÁGIO;</li> <li>- CALIBRE: 20 FR, 22 FR E 24 FR, 26 FR E 28FR;</li> <li>- COMPRIMENTO DE 35 CM (+/- 5%);</li> <li>- CONFECCIONADA EM TUBO DE PVC;</li> <li>- PARA CIRURGIA EXTRACORPÓREA;</li> <li>- REFORCADA INTERNAMENTE COM ARMACAO DE ACO INOXIDAVEL;</li> <li>- ARAMADA</li> <li>- PAREDE INTERNA ULTRA FINA;</li> <li>- PONTA ABERTA, RETA, E MÚLTIPLOS ORIFÍCIOS REDONDOS OU OVAIS;</li> <li>- ADAPTÁVEL AO CONECTOR 3/8";</li> <li>- EMBALAGEM INDIVIDUAL;</li> <li>- ESTÉRIL.</li> </ul>	474538
58	691965	UNIDADE	240	<p>FIO-GUIA EM NITINOL HIDROFÍLICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- FIO-GUIA HIDROFÍLICO DE 0.025" POLEGADAS;</li> <li>- COMPRIMENTO 150 CM;</li> <li>- ESTÉRIL;</li> <li>- DESCARTÁVEL;</li> <li>- EM EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA;</li> <li>- PARA USO COM CATETER DUPLO J DE 3 A 4F.</li> </ul>	462310
59	667701	UNIDADE	480	<p>CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA COM CUFF SHILEY;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- EM PVC;</li> <li>- COM CUFF (BALONETE) ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO;</li> <li>- CÂNULA INTERNA (INTERCÂNULA) REMOVÍVEL;</li> <li>- DISPONIBILIDADE NOS SEGUINTE TAMANHOS (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 5% NAS MEDIDAS):</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 5.0 MM COMPRIMENTO 65 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 6.4 MM COMPRIMENTO 76 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 7.6 MM COMPRIMENTO 81 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 8.9 MM COMPRIMENTO 81 MM.</li> </ul>	438092
				CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA COM CUFF SHILEY;	

60	668373	UNIDADE	70	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EM PVC;</li> <li>- COM CUFF (BALONETE) DE CÂNULA ÚNICA;</li> <li>- COM OBTURADOR MALEÁVEL;</li> <li>- DISPONIBILIDADE NOS SEGUINTE TAMANHOS (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 5% NAS MEDIDAS):</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 5.0 MM COMPRIMENTO 58 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 6.0 MM COMPRIMENTO 67 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 7.0 MM COMPRIMENTO 80 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 8.0 MM COMPRIMENTO 89 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 9.0 MM COMPRIMENTO 99 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 10.0 MM COMPRIMENTO 105 MM.</li> </ul>	433147
61	668384	UNIDADE	70	<p>CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA COM CUFF SHILEY;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- EM PVC;</li> <li>- SEM CUFF (BALONETE);</li> <li>- CÂNULA INTERNA (INTERCÂNULA) REMOVÍVEL;</li> <li>- DISPONIBILIDADE NOS SEGUINTE TAMANHOS (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 5% NAS MEDIDAS):</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 5.0 MM COMPRIMENTO 65 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 6.4 MM COMPRIMENTO 76 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 7.6 MM COMPRIMENTO 81 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 8.9 MM COMPRIMENTO 81 MM.</li> </ul>	451593
62	668395	UNIDADE	70	<p>CÂNULA PARA TRAQUESTOMIA SEM CUFF SHILEY NEONATAL;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SEM CUFF (BALONETE);</li> <li>- COM OBTURADOR MALEÁVEL;</li> <li>- DISPONIBILIDADE NOS SEGUINTE TAMANHOS (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 5% NAS MEDIDAS):</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 3.0 MM COMPRIMENTO 30 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 3.5 MM COMPRIMENTO 32 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 4.0 MM COMPRIMENTO 34 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 4.5 MM COMPRIMENTO 36 MM;</li> <li>- COM FLANGE NÃO AJUSTÁVEL.</li> </ul>	426782
63	668409	UNIDADE	100	<p>CÂNULA PARA TRAQUESTOMIA SEM CUFF SHILEY PEDIÁTRICA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SEM CUFF (BALONETE);</li> <li>- COM OBTURADOR MALEÁVEL;</li> <li>- COM FLANGE NÃO AJUSTÁVEL.</li> <li>- DISPONIBILIDADE NOS SEGUINTE TAMANHOS (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 5% NAS MEDIDAS):</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 3.0 MM COMPRIMENTO 39 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 3.5 MM COMPRIMENTO 40 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 4.0 MM COMPRIMENTO 41 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 4.5 MM COMPRIMENTO 42 MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 5.0 MM COMPRIMENTO 44MM;</li> <li>- DIÂMETRO INTERNO 5.5 MM COMPRIMENTO 46 MM.</li> </ul>	433157
				<p>CÂNULA PARA TRAQUESTOMIA COM CUFF SHILEY PEDIÁTRICA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COM CUFF (BALONETE) ALTO VOLUME BAIXA PRESSÃO;</li> <li>- COM OBTURADOR MALEÁVEL;</li> </ul>	

64	668410	UNIDADE	100	- COM FLANGE NÃO AJUSTÁVEL. - DISPONIBILIDADE NOS SEGUINTE TAMANHOS (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 5% NAS MEDIDAS): - DIÂMETRO INTERNO 4.0 MM COMPRIMENTO 41 MM; - DIÂMETRO INTERNO 4.5 MM COMPRIMENTO 42 MM; - DIÂMETRO INTERNO 5.0 MM COMPRIMENTO 44MM; - DIÂMETRO INTERNO 5.5 MM COMPRIMENTO 46 MM.	423769
65	668985	UNIDADE	144	CATETER ANGIOGRÁFICO KMP 5F: - EM POLIURETANO; - MEDINDO 40CM DE COMPRIMENTO (+/- 5%); - TIPO KUMP; - COMPATÍVEL COM FIO-GUIA 0.38; - COM ALTO TORQUE 1/1; - ESTÉRIL E DESCARTÁVEL.	481621
66	686080	UNIDADE	30	TELA SEPARADORA DE DUPLA FACE (ABSORVÍVEL/INABSORVÍVEL); - O COMPONENTE INABSORVÍVEL COMPOSTO DE MALHA ENTRELAÇADA DE POLIPROLINE MONOFILAMENTAR; - O COMPONENTE ABSORVÍVEL COMPOSTO DE FIBRAS DE HIALURONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE E POLIETILENOGLICOL; - DIMENSÕES SUGERIDAS DO PRODUTO: 10.0 CM X 20.0 CM (+1.0CM); - DESCARTÁVEL; - ESTÉRIL; - FORMATO RETANGULAR;	438704
67	671119	UNIDADE	192	CATETER DUPLO J INFANTIL: - DIÂMETRO 3 A 4 FR; - EM POLIURETANO; - COM FIO DE NYLON PARA AUTOEXTRAÇÃO; - COM MARCAÇÕES DE GRADUAÇÃO PARA CONFIRMAR COLOCAÇÃO; - COMPRIMENTO MÍNIMO DE 08 A 14 CM; - COM EMPURRADOR DE NO MÍNIMO 40 CM; - DESCARTÁVEL; - EM EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA ASSÉPTICA; COD. SUS: 07.02.06.001-1.	461424
68	674398	UNIDADE	192	PRÓTESE PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA VIA FORAME OBTURADOR: - COMPOSTA DE FITA DE POLIPROPILENO MONOFILAMENTAR; - MEDINDO 01 CM DE LARGURA (+/-5%); - COM BORDAS TERMOSSALADAS; - 02 AGULHAS PARA INTRODUÇÃO DA FAIXA VIA FORAME OBTURADOR; - ESTÉRIL DE USO ÚNICO; - EMBALADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA.	463066
				TELA SEPARADORA DE DUPLA FACE (ABSORVÍVEL/INABSORVÍVEL); - O COMPONENTE INABSORVÍVEL COMPOSTO DE MALHA ENTRELAÇADA DE POLIPROLINE MONOFILAMENTAR; - O COMPONENTE ABSORVÍVEL COMPOSTO DE FIBRAS DE	

69	686091	UNIDADE	30	HIALURONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE E POLIETILENOGLICOL; - DIMENSÕES SUGERIDAS DO PRODUTO: 30.0 CM X 35.0 CM (+1.0CM); - DESCARTÁVEL; - ESTÉRIL; - FORMATO RETANGULAR;	435708
----	--------	---------	----	---	--------

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), solicita a aquisição dos materiais relacionados no edital e em seus anexos, através da modalidade de compra Pregão Eletrônico. **Os materiais serão adquiridos em regime de consignação.**

2.2. Trata-se de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)/Dispositivos Médicos, utilizados pelos Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros, para atendimento aos pacientes adultos e pediátricos do HC-UFMG/Ebserh.

2.3. Cirurgia geral é a especialidade médica cuja área de atuação compreende: cirurgia abdominal, cirurgia videolaparoscópica e cirurgia do trauma. A cirurgia plástica reparadora tem como objetivo corrigir lesões deformantes, defeitos congênitos ou adquiridos e é considerada tão necessária quanto qualquer outra intervenção cirúrgica. A cirurgia do aparelho digestivo é uma especialidade médica que cuida do sistema digestivo, o que inclui esôfago, estômago, vesícula biliar, pâncreas, fígado e toda a extensão dos intestinos além do cólon, reto e ânus. Todos os materiais licitados são de extrema necessidade nessas cirurgias e em tantas outras que são realizadas no HC-UFMG.

2.4. **O benefício direto** da aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais utilizados está ligado à realização de procedimentos cirúrgicos, em pacientes adultos ou crianças que dependem do SUS para tratamento. Entre os **benefícios indiretos** pode ser citada a contribuição na formação dos profissionais e o cumprimento do contrato de gestão com o Sistema Único de Saúde, visto que o HC-UFMG é um hospital universitário.

2.5. **Quanto à escolha dos bens licitados**, esses foram selecionados pelo setor usuário dentre o rol de itens padronizados na instituição que são inerentes ao seu processo de trabalho. **As unidades licitadas** foram definidas conforme padronização pela Comissão de Padronização de Produtos de Saúde do HC-UFMG/Ebserh. Em relação às quantidades, atualmente a Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques do HC-UFMG/Ebserh utiliza o módulo de gestão de almoxarifados do sistema de informação Netterm como referência para aquisições e controle de estoques. Esse software mantém registros do volume de compras e da série histórica de consumo de todos os materiais utilizados pela instituição, oferecendo instrumentos para um planejamento responsável da Administração ao fixar o quantitativo de cada material que será incluído em processo licitatório.

2.6. Dessa forma, o referido sistema de informação utiliza a seguinte fórmula para definir as quantidades que serão adquiridas de cada produto:

$$PD = (SD \times S) / N$$

Onde:

PD – Previsão de demanda.

SD – Soma da demanda real dos meses passados.

N – Número de meses considerados.

S – Percentual de segurança, que é uma porcentagem a mais que é licitada para assegurar um quantitativo ideal que cubra, inclusive, demandas imprevistas em função de aberturas de novos serviços, ampliação nos atendimentos, e outras situações não mensuráveis na oscilação da demanda, como surtos endêmicos sazonais ou epidemiológicos, por exemplo.

2.7. Em paralelo à análise dos relatórios de consumo fornecidos pelo Netterm foi realizada, ainda, consulta à área demandante, com o objetivo de refinar e promover os ajustes necessários na definição das quantidades, conferindo maior robustez ao planejamento realizado.

2.8. Diante da necessidade fática, explicitada pela unidade solicitante, promoverá o HC-UFMG/Ebserh, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, licitação, seguindo os preceitos legais do artigo 32, inciso IV, Lei 13.303/16, e art. 4º, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, para satisfação da demanda.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A contratação atenderá às necessidades dos pacientes demandantes dos materiais para procedimentos médicos e cirúrgicos, em cumprimento do contrato de gestão celebrado com o Sistema Único de Saúde;

3.2. Trata-se de materiais classificados, segundo natureza de despesa, como materiais de consumo não duráveis;

3.3. Os atos que infringirem as cláusulas previstas no instrumento convocatório serão

analisados pela área demandante, em conjunto com a Unidade de Almoxarifados e Controle de Estoques e Unidade de Contratos do HC-UFMG. Os casos omissos serão levados à apreciação do Setor Jurídico desta instituição;

3.4. Foram analisadas contratações similares do mesmo objeto por outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual nos portais Banco de Preços (bancodeprecos.com.br) e Painele de Preços (paineldepresos.planejamento.gov.br), sendo verificado que a modalidade Pregão vem sendo amplamente utilizada para aquisição desses insumos.

3.5. O critério de julgamento definido para esta licitação será menor preço por item.

3.6. O modo de disputa definido para esta licitação será o modo de disputa aberto.

3.7. O intervalo mínimo entre lances será de R\$0,01 (um centavo).

3.8. Será celebrada a Ata de Registro de Preços e a mesma terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da publicação no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

3.9. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no RLCE 2.0 e no Decreto nº 7.892/2013.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Observações:

##### 4.1.1. Para os itens 4, 5 e 47:

4.1.1.1. Deverá ter na embalagem a data de validade do cateter.

##### 4.1.2. Para os itens 11, 23 e 24:

4.1.2.1. O kit não pode conter conectores isolados;

4.1.2.2. Deverão vir em embalagens separadas;

4.1.2.3. As peças deverão ser da mesma marca.

##### 4.1.3. Para os itens 11, 23, 24, 29 e 30:

4.1.3.1. Fornecido em envelope esterilizado;

##### 4.1.4. Para o item 16:

4.1.4.1. Material estéril, em embalagem individual.

##### 4.1.5. Para os itens 21, 51, 53, 66 e 69:

4.1.5.1. Material deverá ser entregue de forma fracionada pelo fornecedor no dia de sua utilização devido a sua labilidade e condições especiais de conservação.

4.1.5.2. Não manter em estoque, sendo sua aquisição solicitada por meio de formulário padronizado no Centro Cirúrgico.

##### 4.2. Exigência e apresentação de amostras

4.3. Para que o HC-UFMG/EBSERH possa certificar a conformidade com o Termo de Referência e avaliar a qualidade dos produtos, as licitantes provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão apresentar, **em até 03 (três) dias úteis a partir da data de solicitação**, amostra(s) dos itens cotados, exceto dos produtos cujas marcas estejam em uso na instituição nos últimos 3 (três) meses, desde que não tenham sofrido alterações. Caso tenham sido identificados problemas anteriores no uso dos produtos, o HC-UFMG/EBSERH poderá solicitar a entrega de amostras nas condições abaixo, a fim de reavaliar a qualidade.

4.4. As amostras solicitadas pelo agente de licitações deverão ser entregues na Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - filial EBSEH, localizada na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 1º andar ala leste, Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG, CEP: 30130-100, em dias úteis, de segunda a sexta-feira no horário de 8h às 16h.

4.5. Caso a amostra não seja enviada ou ocorra atraso na entrega sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, a proposta do licitante será recusada. Também poderão ser desclassificadas as licitantes que entregarem amostras fora das especificações previstas no Termo de Referência.

4.6. As amostras deverão ser apresentadas em número mínimo de 05 (cinco) unidades para materiais descartáveis e 01 (uma) unidade para demais materiais, 02 (dois) rolos, 01 (um) pacote, 01 (um) galão, 01 (um) kit, 01 (um) frasco, 01 (uma) caixa de cada, de acordo com a embalagem do item.

4.7. As licitantes deverão fornecer amostras além dos quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, caso sejam necessárias para melhor avaliação do material proposto, no prazo de **até 03 (três) dias** úteis a partir da solicitação do HC-UFMG/Ebserh.

4.8. As amostras dos produtos deverão ser entregues devidamente identificadas quanto ao nome do licitante, número da licitação e do item, embalagem original, com rótulo contendo: marca, fabricante, lote, data de fabricação, registro ou notificação ou ser declarado

dispensado de registro no Ministério da Saúde/Anvisa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

4.9. As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.10. Para todos os itens serão observados os seguintes padrões mínimos de aceitabilidade: as marcas das amostras devem ser iguais às marcas ofertadas pelos licitantes na proposta; as especificações técnicas das amostras deverão estar de acordo com o descritivo e exigências descritos neste Termo de Referência.

4.11. As amostras devem, obrigatoriamente, ser acompanhadas de Nota Fiscal de Simples Remessa ou de Demonstração.

4.12. Os custos de embalagem, frete, seguro, taxas e impostos relativos ao envio e devolução de amostras correrão por conta do fornecedor.

4.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no Portal de Compras do Governo Federal.

4.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Licitação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação até que haja amostra que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

4.15. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.16. Após a divulgação do resultado final da licitação as amostras passíveis de devolução deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas ou aproveitadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

#### 4.17. **Justificativa de exigência de amostras**

4.17.1. A justificativa da manutenção da exigência de apresentação de amostras para o fornecedor provisoriamente vencedor deve-se a qualidade dos produtos que são ofertados, pois, na maioria dos processos licitatórios, o produto de menor preço não atende a especificação do edital. A (s) amostra (s) será (ão) analisada (s), a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o (s) objeto (s) deste pregão.

#### 4.18. **Orientações gerais:**

4.18.1. A licitante deverá cumprir as recomendações e normas emitidas pelos órgãos ambientais, e, no que couber os previstos na Instrução Normativa SLT/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, além das Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre descartes de resíduos sólidos, matérias contaminantes, bem como a utilização de material atóxico, reciclado e biodegradável, reciclado e biodegradável devendo, junto à apresentação da proposta, apresentar a Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

### 5. **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:**

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

5.10. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.11. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

5.12. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar as certidões válidas, conforme artigo 43, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

5.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação.

5.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.17. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.18. Ressalvado os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

5.19. **Habilitação jurídica:**

5.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Sede.

5.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br).

5.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

5.19.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

5.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

5.19.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização.

5.19.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

5.20. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

5.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

5.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

5.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estaduais, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

5.20.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

5.20.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.20.6.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 5.21. **Qualificação Econômico-Financeira:**

5.21.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.21.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

5.21.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (artigo 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

5.21.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

5.21.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

5.21.2.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante.

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

5.21.2.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e, a critério da autoridade competente, patrimônio líquido de 1% (um por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

## 5.22. **Qualificação Técnica:**

### 5.22.1. **Para todos os itens:**

5.22.1.1. As licitantes deverão apresentar o certificado de registro do produto no Ministério da Saúde, de acordo com o decreto n: 8.077 de 14 de agosto de 2013, cuja comprovação ou comprovante de isenção deverá ser feita através do sítio da Anvisa ou publicação no D.O.U (Diário Oficial da União);

5.22.1.2. Para facilitar a análise dos comprovantes de regularidade do registro do produto cotado, junto ao Ministério da Saúde, a licitante deverá indicar em cada registro o respectivo item licitado;

5.22.1.3. O HC-UFMG se reserva o direito de comprovar a regularidade do produto junto ao Ministério da Saúde, mediante consulta ao portal da Anvisa;

5.22.1.4. A licitante que apresentar proposta para os materiais que exigem registro do produto ou isenção do registro do produto no Ministério da Saúde deverá possuir autorização de funcionamento da empresa (AFE) emitido pelo Ministério da Saúde - Anvisa, de acordo com a Lei n: 6.360/1976, com a RDC n. 16/2014, RDC n. 222/2006, RDC n. 336/2020 e Portaria SVS/MS n.344/1998; e alvará de licença sanitária dos estabelecimentos envolvidos na execução da ata/contrato, emitido pelo órgão competente de saúde dos estados, Distrito Federal ou municípios, de acordo com o regulamentado pelo decreto 8.077/13 de 14 de agosto de 2013 e com base na competência atribuída à Anvisa, pela lei 9.782/99.

5.22.1.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006,



estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.22.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

5.22.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

5.22.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.22.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.22.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.22.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

5.22.8. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5.22.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

5.22.10. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menores valores cuja retiradas sejam suficientes para a habilitação do licitante nos remanescentes.

5.22.11. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

5.22.12. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3\\_of\\_Politica\\_Transacoes\\_Parties\\_Relacionadas\\_aprovada.pdf](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Parties_Relacionadas_aprovada.pdf).

5.22.13. Apresentação de declaração por parte do licitante, para o fim de comprovação do atendimento ao art. 7º, XXXIII da CR/88, que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

## **6. FORMA DE FORNECIMENTO**

6.1. Para as empresas vencedoras/contratadas, os materiais deverão ser entregues no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar do envio da Nota de Compra/Número de Empenho pelo HC-UFMG/EBSERH;

6.2. Local de entrega: Almoxarifado A do HC-UFMG/Ebserh, situado na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 11º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte- MG, CEP 30130-100, de 08h (oito horas) as 16h (dezesseis horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados. Em casos excepcionais o HC-UFMG/Ebserh se reserva o direito de pactuar diretamente com a Contratada horários diferenciados para o fornecimento dos materiais.

6.3. Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento provisório, exceto para aqueles materiais cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.

6.4. Os materiais deverão ser entregues em embalagem original, com rótulo contendo: marca, fabricante, lote, data de fabricação, registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro no Ministério da Saúde/Anvisa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 05 (cinco) dias úteis, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação pertinente, se a Administração julgar pertinente.

6.10. Se a empresa vencedora do certame entregar nota fiscal com inconformidade, terá o prazo de 10 (dez) dias para regularização, sob pena de possível aplicação de sanção administrativa.

6.11. Havendo necessidade de substituição do material fornecido, as custas de embalagem, fretes, seguros, taxas e impostos na retirada e devolução será de inteira responsabilidade dos fornecedores.

6.12. **Dados para faturamento:** Razão social: Hospital das Clínicas da UFMG - Ebserh / CNPJ: 15.126.437/0015-49 / UASG: 155021.

## **7. DA NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.1. Conforme item 152 do Regulamento de licitações e Contratos da Ebserh:

"Art. 152. É dispensável a redução a termo do contrato, com sua substituição por documento equivalente:

I - nas contratações por escopo de serviços cujos valores se enquadrem no limite do inciso II do art. 79, desde que não resultem obrigações futuras, dentre as quais se inclui a assistência técnica;

II - nas contratações por escopo de bens das quais não resultem obrigações futuras, dentre as quais se inclui a assistência técnica, independentemente de seu valor;

III - nos casos em que a substituição por documento equivalente seja prática de mercado.

§ 1º Para efeito deste artigo, constituem documentos equivalentes a carta-contrato, a autorização de compra, a ordem de execução de serviço, nota de empenho, ou qualquer outro documento que comprove a efetivação da despesa.

§ 2º O disposto no caput não prejudicará o registro contábil exaustivo dos valores despendidos e a exigência de recibo por parte dos respectivos destinatários."

7.2. A formalização da contratação ocorrerá mediante a assinatura de Ata de Registro de Preços.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Proceder com rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

8.1.2. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva

nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.2. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.3. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.4. A Contratada se compromete, em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

9.4.1. Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;

9.4.2. Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

9.4.3. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

9.4.4. Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

9.4.5. Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

9.4.6. Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;

9.4.7. Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela Contratante ou por ela designadas;

9.4.8. Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

9.4.9. Comunicar à Contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD;

9.4.10. Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da Contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD;

9.4.11. Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

## **10. SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do

contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12. MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

12.1. De acordo com o item 174 do Parecer Referencial nº 1/2022/SCAD/CONJUR/PRES-EBSERH, especificamente para a aquisição de bens, o modelo de execução do objeto acaba coincidindo com a forma de fornecimento, tratada no item 6 deste Termo de Referência.

## **13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. Nos termos do art. 161 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do HC-UFGMg/Ebserh ou de seus agentes e prepostos.

13.3. No caso de aquisições de bens em que haja ordem de fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos 3 (três) membros titulares, sendo 1 (um) necessariamente representante da unidade requisitante.

13.4. A Equipe de Formalização do Contrato e seus respectivos suplentes foi designada na Portaria nº 744, de 04 de julho de 2022.

13.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **14. DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

14.6. Serão efetuadas as seguintes consultas:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

- I - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- IV - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- V - Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

14.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.14. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

14.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

## 15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Os itens constantes deste Termo de Referência são considerados de uso comum, uma vez que possuem padrão de desempenho e qualidade usuais no mercado, nos termos do art. 1º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e padronizados nesta instituição.

15.2. A seleção do fornecedor se dará por meio da realização de **LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, nos moldes do Pregão Eletrônico.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. O licitante a ser contratado não poderá incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0 a saber:

"Art. 69. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

I - suspensa no âmbito da Rede Ebserh;

II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III - impedida de licitar e de contratar com a União;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

§ 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios,

na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh; II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
- b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
- c) autoridade do Ministério da Educação;
- d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

§ 2º A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 3º A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 4º O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento."

16.2. Para comprovação da observância dessa condição de participação, além da consulta feita pela Ebserh aos dados do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), o fornecedor deve declarar a inexistência de hipóteses de vedação de contratar com a Ebserh, previstas no art. 69 do RLCE 2.0.

16.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

16.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 1% (um por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

16.5. O edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

16.6. Serão considerados intermediários os lances **iguais ou superiores** ao menor já ofertado.

16.7. **É vedada a participação de entidades empresariais reunidas em consórcio.**

16.7.1. Este Termo de Referência não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

16.7.2. A Administração pretende por meio de Pregão, na forma eletrônica, selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais para os Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFMG/Ebserh e ratifica que constituem como comum os materiais licitados neste processo de compra, não sendo de grande vulto e/ou alta complexidade técnica, se fosse contrário não poderiam ser licitados por Pregão, tais insumos fazem parte das contratações rotineiras da Administração.

16.7.3. Considerando que o objeto desta licitação são de uso comum em ambiente hospitalar e, ainda, pelo fato de as condições mercadológicas não exigirem a participação de empresas consorciadas, a Administração justifica as razões, conforme juízo discricionário, por manter a decisão devidamente motivada, pela restrição da participação de empresas reunidas em consórcio.

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Deverá haver consulta formal à Contratada quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a

diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

18.1. Não haverá exigência de garantia de execução para essa contratação.

## **19. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual de bens para essa contratação.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HC-UFMG/Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

20.1.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

20.1.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

20.1.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o HC-UFMG/Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

20.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

20.1.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

20.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação.

20.1.8. Não mantiver a proposta.

20.1.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

20.1.10. Comporta-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

20.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.2. A licitante que obtiver objetos adjudicados, nos casos de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste instrumento convocatório, erros ou atrasos injustificados na entrega dos materiais, e ainda, quaisquer outras irregularidades, ficará sujeita, garantida prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

20.2.2. multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

20.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.2.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

20.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do HC-UFMG/Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

20.4. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de (30) trinta dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o HC-UFMG/Ebserh poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/16, no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, e subsidiariamente na Li nº 9.784/99.

20.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

20.10. Aos licitantes, será aplicada, quando for necessário, a Norma Operacional Ebserh nº 03, de 03 de junho de 2016, disponível no sítio [http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03\\_boletim\\_servico\\_169\\_06\\_06\\_16.pdf/a1f7b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5](http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03_boletim_servico_169_06_06_16.pdf/a1f7b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5). Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

## 21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O preço de referência é sigiloso, nos termos do artigo 34 da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

## 22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos orçamentários serão indicados pela Unidade de Programação Orçamentária (UPOF), subordinada ao Setor de Orçamento e Finanças (SOF) do HC-UFMG/Ebserh.

## 23. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

23.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a Contratada realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da Contratante, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

23.2. A Contratada deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em [www.ebserh.gov.br](http://www.ebserh.gov.br)), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais

23.3. O tratamento de dados pessoais pela Contratada será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

23.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela Contratada durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

23.5. É vedado à Contratada o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da Contratante.

23.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a Contratada assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

23.7. Este processo está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) conforme Anexo (26595805) deste processo.

## 24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

**ANEXO I - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).**



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Maia De Carvalho, Assistente Administrativo**, em 07/06/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Silva de Sousa, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 07/06/2023, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria da Silva Neme, Gerente**, em 07/06/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **Carla de Oliveira Arcebispo**, **Membro da Comissão**, em 12/06/2023, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30449583** e o código CRC **CCC0321E**.

**Referência:** Processo nº 23537.024756/2022-13 SEI nº 30449583

## **ANEXO - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

### **DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em [www.ebserh.gov.br](http://www.ebserh.gov.br)), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;

d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;

e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;

g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, accidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

#### DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia  
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100  
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Modelo Ata de Registro de Preços - Aquisição Bens

Processo nº 23537.024756/2022-13

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2023

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG-155021, neste ato representada pelo seu Superintendente, Alexandre Rodrigues Ferreira, RG nº MG-x.065.xxx e CPF nº xxx.437.xxx-xx, nomeado pela Portaria-SEI nº 79, de 7 de junho de 2022, e por sua Gerente Administrativa, Senhora Elizete Maria da Silva Neme, RG M.x.498.xxx SSP/MG, CPF nº xxx.192.xxx-xx, nomeado pela Portaria nº 761, de 22 de setembro de 2014, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução nº 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços nº 88/2022, publicada no DOU de xx/xx/2023, processo administrativo nº 23537.024756/2022-13, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital e no termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes no RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição, **em regime de consignação**, de órteses, próteses e materiais especiais para o Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFMG/Ebserh., especificado no item 1 do termo de referência, anexo do Edital de Pregão nº 18/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca/Modelo (se exigida no edital)	Código	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. órgão gerenciador será o HC-UFGM/Ebserh.

3.2. Por interesse da Administração, o referido pregão será realizado somente para o ressurgimento do HC-UFGM/Ebserh.

#### **4. ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no RLCE 2.0 e no Decreto nº 7.892/2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

#### **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 120 (cento e vinte) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no termo de referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.





# Estudo Técnico Preliminar 134/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23537.024756/2022-13

## 2. Descrição da necessidade

2.1 Trata-se de estudos preliminares referentes à aquisição em regime de consignação, de Órteses, Próteses e Materiais Especiais /Dispositivos Médicos Implantáveis, utilizados em todas as unidades de cirurgia do Hospital das clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG/Ebserh).

2.2 Esses materiais são essenciais na prestação da assistência aos pacientes. Dessa forma, o objetivo dessa contratação é repor os estoques para que não falem materiais que prejudiquem os atendimentos aos pacientes.

2.3 Diante da necessidade fática, explicitada pela chefia do setor solicitante, promoverá o HC-UFMG/Ebserh, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, licitação, seguindo os preceitos legais do artigo 32, inciso IV, Lei 13.303/16, e art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebersh, para satisfação da demanda.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques	Diogo Carvalho Silva

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O tipo de solução a contratar se justifica por ser o Pregão Eletrônico a modalidade de licitação preconizada pela Lei nº 10.520 /2002 e pelo Decreto 10.024/2019.

4.2 Os padrões mínimos de qualidade e as especificações técnicas dos itens a serem licitados, bem como suas exigências farão parte do documento Termo de Referência;

4.3 As licitantes deverão apresentar, na fase de análise da documentação habilitatória, documento no qual constem as boas práticas de sustentabilidade ambiental da empresa na fabricação de seus produtos, conforme artigo 31 da Lei 13.303 /16, Lei Nº 12.305/10, Lei Nº 12.187/09 e Decreto Nº 2.783/98.

4.4 Trata-se de aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais/Dispositivos Médicos Implantáveis, que serão licitados para reposição dos estoques de materiais utilizados pelos Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFMG/Ebserh.

4.5 Os materiais listados neste Pregão Eletrônico deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, contados da solicitação de fornecimento encaminhada pelo Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos, por meio eletrônico, em remessa parcelada.

4.6 Diante da necessidade fática, explicitada pelo solicitante, promoverá o HC-UFMG, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, licitação, seguindo os preceitos legais da Lei 13.303/16 e do artigo 3, inciso IV, do Regulamento de Licitações e contratos da Ebserh, para satisfação da demanda.

4.7 Aquisição em regime de consignação.

4.8 A aquisição **em regime de consignação** é uma prática comum tanto em hospitais públicos quanto privados, que visa atender ao objetivo principal de evitar perdas financeiras para a instituição, aliada à melhor prestação de serviço ao paciente, haja vista que a grande parte dos materiais possui diversas dimensões (chamadas de grades).

4.9 A aprovação dos itens sujeita à análise técnica de amostras e catálogos, quando necessário.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram analisadas contratações similares do mesmo objeto por outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual, bem como consultadas empresas contratadas, fornecedores e fabricantes, no intuito de contribuir para o levantamento de mercado para embasar o estudo desse processo. Para tanto foram utilizados os portais Banco de Preços ([bancodeprecos.com.br](http://bancodeprecos.com.br)) e Painel de Preços ([paineldeprecos.planejamento.gov.br](http://paineldeprecos.planejamento.gov.br)), sendo verificado que a modalidade Pregão vem sendo amplamente utilizada para aquisição desses insumos.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A contratação atenderá às necessidades dos pacientes demandantes dos materiais para procedimentos médicos e cirúrgicos, em cumprimento do contrato de gestão celebrado com o Sistema Único de Saúde;

6.2 Trata-se de materiais classificados, segundo natureza de despesa, como materiais de consumo não duráveis;

6.3 Os atos que infringirem as cláusulas previstas no instrumento convocatório serão analisados pela área demandante, em conjunto com a Unidade de Almoxarifados e Unidade de Contratos do HC-UFGM. Os casos omissos serão levados à apreciação do Setor Jurídico desta instituição;

6.4 Foram analisadas contratações similares do mesmo objeto por outros órgãos da Administração Pública Federal e Estadual nos portais Banco de Preços ([bancodeprecos.com.br](http://bancodeprecos.com.br)) e Painel de Preços ([paineldeprecos.planejamento.gov.br](http://paineldeprecos.planejamento.gov.br)), sendo verificado que a modalidade Pregão vem sendo amplamente utilizada para aquisição desses insumos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A pesquisa de mercado foi realizada conforme a Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Segue transcrição:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

1. identificação do agente responsável pela cotação;
2. caracterização das fontes consultadas;
3. série de preços coletados;
4. método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e
5. justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

7.2 Critérios:

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

7.3 Parâmetros:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

1. painel de preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
2. aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
3. dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
4. pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

- prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
- obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
  1. descrição do objeto, valor unitário e total;
  2. número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
  3. endereço e telefone de contato;
  4. data de emissão.
- registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

#### 7.4 Metodologia:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o processo para aquisição dos materiais constantes deste estudo não será classificado como sigiloso, à exceção do valor estimado do objeto da licitação, conforme prevê o Art. 34 da Lei nº 13.303/16. Segue transcrição:

“Lei 13.301/16 - Art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas”.

8.2 A Estimativa preliminar do valor da contratação, acompanhada dos preços referenciais, está contida no Pedido de Material presente no Processo SEI 23537.024756/2022-13.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Visando propiciar a ampla participação de licitantes, tendo como consequência o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, os itens deste certame serão adquiridos de forma parcelada, conforme artigo 32, III, da Lei 13.303/2016.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Analisando a contratação anterior do mesmo objeto no HC-UFGM, foi elaborada a planilha 24576627, que pode ser verificada no Processo SEI 23537.024756/2022-13. Neste documento estão contidos todos os materiais do Pregão 2/2022 e o histórico de compras de todos eles dos últimos seis anos.

10.2 A Comissão de Padronização de Produtos de Saúde, após verificar a planilha enviada, fez as modificações necessárias nos descritivos dos materiais, devolvendo a avaliação no documento 25401846.

10.3 O item 617532, Tesoura Coaguladora, foi retirado deste processo de compra e continuará exclusivamente no Pregão 86/22, que trata da aquisição de materiais de sutura mecânica.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Conforme previsto na aba material de consumo do plano de aplicação de recursos- REHUF (planilha plano custeio) da Ebserh os itens objeto desse estudo foram previamente planejados, alinhados e aprovados com a SEDE;

11.2 A aquisição está alinhada à missão institucional do HC-UFGM, em especial, a prestação da assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e de forma indissociável e integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

## 12. Resultados Pretendidos

12.1 Entre os benefícios diretos da contratação está a prestação da assistência aos profissionais que realizam procedimentos médicos e cirúrgicos que demandam a utilização de materiais e atendimento assistencial aos pacientes do HC-UFGM/Ebserh, além do cumprimento do contrato de gestão com o Sistema Único de Saúde;

12.2 Entre os benefícios indiretos encontra-se a contribuição na formação dos profissionais de saúde, residentes e graduandos, visto que o HC-UFGM é um hospital universitário.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Em atendimento ao artigo 23 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, a contratação dos materiais a serem licitados foi antecedida por planejamento prévio realizado pela equipe de planejamento instituída para esse fim, conforme Portaria 1163/2022, publicada no Boletim de Serviços nº 608 de 17 de novembro de 2022;

13.2 As providências a serem adotadas referentes a fiscalização e capacitação de servidores farão parte do documento Termo de Referência.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Na proposta da licitante deverá constar a observância de práticas de sustentabilidade, conforme disposto na instrução normativa nº 1 de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A contratação é considerada viável, pois preenche os seguintes requisitos:

15.1.1 Materiais coerentes com o serviço prestado pela instituição;

15.1.2 Realização de pesquisa de preços para garantir que os valores serão compatíveis com o mercado.

15.1.3 A contratação visa assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo HC-UFMG /Ebserh.

## 16. Responsáveis

DIOGO MAIA DE CARVALHO

Assistente Administrativo

## DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.024756/2022-13

Interessado: Unidade de Planejamento de Compras

### ANEXO IV

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À PROPOSTA

**Processo Administrativo nº 23537.024756/2022-13**

**Pregão Eletrônico SRP nº 88/2022**

**Objeto:** aquisição, em regime de consignação, de órteses, próteses e materiais especiais para o Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFMG/Ebserh.

O vencedor do item deverá encaminhar a Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/Ebserh os dados solicitados neste anexo, sem prejuízo de outras informações solicitadas no Edital e seus anexos, para Emissão de Empenho, Elaboração e Assinatura da Ata de Registro de Preços:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2022 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À PROPOSTA</b>
Nome da Empresa/Razão Social: CNPJ de Faturamento: Inscrição Estadual e Municipal: Endereço completo: Telefone / FAX: E-mail:
Descrição completa dos bens a serem fornecidos: marca, modelo, referência.  Preço adequado ao último valor registrado no sistema: Preço unitário: R\$. Preço total: R\$.  Valor unitário do bem em comodato, quando for o caso:
Faturamento Mínimo: R\$
Dados Bancários:

Nome do banco   Agência   Conta corrente
Dados do responsável para assinatura da ATA SRP: nome completo, CPF, R.G, cargo.
Declaro que substituirá no prazo estabelecido no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, os produtos fornecidos no qual se verificarem não conformidades as especificações do objeto licitado, sem prejuízo de aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital

**Local e data:**

Nome do Declarante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 26/05/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30146530** e o código CRC **DDD5FE4E**.

**Referência:** Processo nº 23537.024756/2022-13

SEI nº 30146530

## DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23537.024756/2022-13

Interessado: Unidade de Planejamento de Compras

### ANEXO V DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 87/2021

**Processo Administrativo nº 23537.024756/2022-13**

**Pregão Eletrônico SRP nº 88/2022**

**Objeto:** aquisição, **em regime de consignação**, de órteses, próteses e materiais especiais para o Serviços de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Torácica e outros do HC-UFMG/Ebserh.

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº **88/2022**, a empresa (nome completo da proponente) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (o) \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do(s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso):

a) Atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do (s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso) em conformidade com a IN 01/2010-SLTI; e

b) Atende as exigências da Lei nº 12.187, [de 29 de dezembro de 2009](#), que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Local e data.

Assinatura devidamente identificada do Representante Legal  
CPF: e Carteira de Identidade:



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Santana de Assis Titoneli, Chefe de Unidade**, em 26/05/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30146714** e o código CRC **7014C3CF**.